

FIGUEIRAS E SENHORES: PROVOCAÇÕES DA VIDA EM VOZES E ESCRITAS HEBRAICAS

Rafael Rodrigues da Silva*

Resumo

O artigo apresenta algumas questões para a leitura e interpretação dos textos da Bíblia hebraica. Avalia o processo de formação e canonização dos textos, demonstrando que por trás das palavras estão as vozes, os protestos, os projetos e as expressões da vida cotidiana daqueles que transmitiram as suas experiências. Propõe-se a leitura de Provérbios 27,18 como um exercício de descoberta da circulação dos provérbios em diferentes ambientes sociais, as experiências cotidianas e as vozes por baixo do escrito. Na leitura do texto fez-se necessária a sua desconstrução para demarcar as experiências que vêm da oralidade e as intenções dos grupos que transformaram a voz em escrito.

Palavras-chave

Oralidade; provérbios; sentenças; cotidiano; experiência.

Abstract

The article introduces some issues for reading and interpreting texts from the Hebrew Bible. It evaluates the formation and canonization process of the texts, demonstrating that behind the words there are voices, protests, projects and expressions of the daily life of those that transmitted their experiences. It proposes the reading of Proverbs 27,18 as an exercise of discovery of the circulation of the proverbs in different social environments, of the daily experiences and the voices underneath the writing. To read the text it was necessary to promote its deconstruction in order to demarcate the experiences that come from oral tradition and the intentions of the groups that transformed voice into writing.

Key-words

Oral tradition; proverbs; sentences; daily life; experience.

*O que ouvimos e conhecemos,
e nossos pais nos contaram,
não esconderemos a seus filhos;
nós o contamos à geração futura.*
(Salmo 78,3-4)

Uma das grandes marcas do discurso e da ação da religião na vida de seus seguidores reside na releitura e na elaboração de significados novos para as situações-limite que se vivem. Nessa perspectiva, a religião muitas vezes sugere interpretações e busca elaborar sínteses compreensivas da realidade. Essas interpretações e sínteses aparecem nos textos ou num conjunto de livros. É o caso, por exemplo, da Escritura judaica e do Testamento cristão. Porém, inicialmente, no tocante à Bíblia judaico-cristã, há que se considerar pelo menos dois aspectos. Em primeiro lugar, praticamente nenhum dos textos da Escritura judaica (e bem poucos do Testamento cristão) surgiu com a finalidade de ser reconhecido como sagrado e portador de autoridade única. Mas o lento e por vezes tortuoso processo da canonização dos textos bíblicos, seja pela sinagoga, seja pela igreja cristã, terá modificado substancialmente suas pretensões e potencialidades; ter-lhes-á conferido uma relevância que seus autores não podiam arrogar. O outro aspecto diz respeito mais de perto àquilo que aqui pretendemos abordar, e que foi muito bem sintetizado por H. S. Nyberg: “Quase toda escrituração de qualquer obra no Oriente teve... como predecessor um período mais ou menos longo de tradição oral, e mesmo depois que foi posta por escrito a tradição oral continua a ser a forma normal de existência e do uso de uma obra”.¹ Ou seja, o texto bíblico escrito de que hoje dispomos esteve envolvido, seja no processo de sua formação seja no de sua divulgação, pela ação da palavra falada. Foi dessa forma que tomou corpo e penetrou na vida de tantas gerações.

Tais constatações não são isentas de seqüências no nível hermenêutico, como pretendemos mostrar nas páginas que se seguem. Afinal de contas, ambas remetem o leitor / intérprete para o âmbito da história humana em que os textos foram gestados, em que tiveram lugar vozes, projetos, protestos, pretensões, articulações as mais variadas, expressões da vida cotidiana, num período de mais de um milênio. Aqui nos fixaremos em notar como a dialética entre o oral e o escrito marcou a confecção e transmissão do texto bíblico e incide sobre sua compreensão. Na verdade chamaremos a atenção para alguns poucos aspectos da questão, visto que ela é bastante complexa e facilmente nos alongaria o percurso. Vamos nos deter na consideração de textos que se apresentam explicitamente como expressões da voz sábia da gente de Israel: os provérbios da Bíblia. Selecionamos Provérbios 27,18 para o nosso estudo. Antes, porém, estabelecemos algumas considerações mais gerais sobre a problemática da oralidade na abordagem dos textos bíblicos.

O problema da presença e das influências das memórias orais na elaboração dos livros que formam a Bíblia hebraica tem matizes que devem ser considerados no bojo das investigações que vêm sendo levadas a cabo desde o século XVIII, quando se pode dizer que se firma a exegese bíblica como campo de pesquisa. E não é pouco o que se discutiu e se afirmou sobre a importância da oralidade para a compreensão dos textos bíblicos. Não é de hoje que se tem perguntado pelas tradições orais na elaboração dos textos que compõem a Bíblia hebraica. Assim, o problema se situa na articulação entre esses seculares textos e as vozes com as quais aqueles estejam relacionados. Na medida em que perguntas de cunho histórico iam sendo colocadas aos textos bíblicos, progressivamente iam surgindo impasses, que só poderiam ser explicados apelando a tradições orais, cujo reconhecimento ia se tornando forçoso. Citemos alguns exemplos. Desde que a autoria do Pentateuco, isto é, dos cinco primeiros livros da Escritura judaica, foi cada vez mais sendo retirada de Moisés, o famoso líder da saga fundadora do povo de Israel, o êxodo do Egito, e foi sendo localizada em tempos muito posteriores, a explicação para a sobrevivência de tradições longínquas, dos finais do segundo milênio a.E.C., até sua fixação por escrito em meados do milênio seguinte necessitou recorrer às potencialidades e peculiaridades da memória. Um caso específico: como explicar que o livro do Deuteronomio, quinto livro do Pentateuco, possa se apresentar como um conjunto de discursos de Moisés, se sua redação, desde as pesquisas do início do século XIX, é quase consensualmente situada seis séculos depois, no contexto imediatamente anterior às reformas políticas e religiosas do rei Josias (ocorridas a partir de 622 a.E.C.)?² Certamente, não se pretende que o livro tenha conservado as *ipsissima verba* de Moisés, mas se reconhece que a atribuição de conteúdos mais recentes a ele indica, entre outras coisas, que sua origem é anterior à escrita do livro, devendo estar enraizado em tradições ancestrais, fruto da ação de grupos levíticos e proféticos.³

Um outro exemplo, talvez mais dramático, merece ser aqui citado. A deportação das elites judaicas para a Babilônia, em 587 a.E.C., e o reconhecimento, hoje praticamente consensual, de que em tais circunstâncias se realizou um importante processo de redação de textos que haveriam de constituir o Pentateuco judeu, textos esses que recolhem tradições certamente anteriores (como, por exemplo, a seqüência de realizações de Deus na criação do mundo) exigem perceber a relevância da conservação oral de memórias ancestrais, o que possibilitou, em última análise, a sobrevivência de tal literatura.⁴

Assim, na Bíblia, encontramos a palavra oral enquanto memória coletiva. A memória da história, das tradições e dos antepassados na história de Israel carrega as marcas de uma

memória para além das palavras, uma memória por trás das palavras escritas. Mas que implicações há na constatação de que a oralidade precedeu e, no fim, envolveu a redação dos textos bíblicos? O que pretendemos evidenciar nesta comunicação é que tal reconhecimento tem conseqüências decisivas na compreensão dos escritos que surgem da riqueza e caráter multifacetado da transmissão oral. E, se em alguns momentos essa intuição veio à tona, e na maioria ficou submersa, parece não haver dúvidas de que o recurso à oralidade, associado a outros procedimentos de metodologia exegética, teve importante papel na desmontagem de interpretações absolutizadas e autoritárias que se fizeram dos textos bíblicos, principalmente por obra das instâncias hierárquicas das igrejas.⁵ Descobrir a matriz dos textos bíblicos no universo variegado e pluriforme da cultura popular não será isento de conseqüências no âmbito da hermenêutica e da história que os textos bíblicos têm feito nos contextos em que são reconhecidos como normativos e sugestivos. Perceber que os textos podem ser expressão, mesmo que limitada, de uma memória oral e coletiva que representa acumulação, conservação e recriação dos elementos fundamentais da cultura e do cotidiano é ao mesmo tempo promessa e desafio. Notá-los como “memória dos pobres”⁶ é a possibilidade de ver expressos neles anseios de gente itinerante, sem terra, mulheres escravizadas e violentadas.

Tomemos esta última situação, a da vida e fala das mulheres, e vejamos alguns exemplos. Sabe-se de inúmeros momentos no processo de canonização do livro denominado Cântico dos Cânticos, um conjunto de poemas eróticos e amorosos que só a custo foi aceito no cânon da Bíblia hebraica. Terá sido um fator decisivo em sua aceitação que tenha sido reconhecido como obra do já lendário Salomão. Mas que implicações teve tal atribuição se se nota, na leitura dos poemas, que é a mulher ameaçada que tem o protagonismo decisivo nas falas que os compõem? A atribuição do escrito a Salomão, homem e rei, não terá contribuído para silenciar o seu conteúdo básico, soterrando as memórias femininas e possibilitando que novas abordagens impusessem a ele, de fora, significações até então inimagináveis?⁷ Recuperar, portanto, as vozes que falam nos poemas do livro implica necessariamente desconstruir as leituras que deles se fizeram nos séculos, para que se ouçam os amantes, principalmente ela, em seus anseios, amores, esperanças e alternativas, sonhadas e viabilizadas na relação com o contexto sociocultural marcado pelo projeto político-religioso extremamente sexista dos sacerdotes de Jerusalém, afinados com as linhas gerais do domínio persa e grego que se dava na época.⁸

Dessa forma, a atenção que se dá às presenças e interferências da oralidade na confecção dos textos bíblicos leva necessariamente a fazer a pergunta sobre quais mecanismos operaram na transformação de falas alternada, instantânea e conflitivamente masculina e feminina numa escrita majoritariamente masculina. Da mesma forma que as falas majori-

tariamente vindas de setores iletrados se transformaram em texto nas mãos de elites estudadas, numa relação complexa em todas as possibilidades que se coloquem. Para ficarmos num exemplo, é possível afirmar que, dadas as condições socioculturais da trajetória de Israel, os escribas responsáveis pela forma atual do Pentateuco, certamente homens e eventualmente sacerdotes, principalmente, anotaram as manifestações e expressões culturais populares sem maiores possibilidades de retrabalhá-las numa linguagem mais característica dos meios a que pertenciam e dos interesses que defenderiam?⁹

Refletir e aprofundar acerca das marcas da oralidade nas Escrituras hebraicas (judai-cas) não é tarefa fácil, pois estamos lidando com vozes que se nos apresentam por detrás dos textos. Além disso, muitos dos pequenos textos estão espalhados nos grandes conjuntos literários. Estamos propondo neste artigo tomar os provérbios como ponto de partida para se entender a sabedoria e o seu dinamismo no mundo antigo.

Mesmo que um provérbio formule as várias experiências, condensando-as num só pensamento, temos de levar em conta que um provérbio também é um pensamento completo e simples (por exemplo: “pelo andar do boi se conhece o peso da carreta”). Milton Schwantes afirma que a principal característica de um provérbio é “a de ser a condensação de uma experiência, de uma observação em um pensamento simples, no geral de uma só frase, contendo uma idéia em si completa, se bem que de breve formulação”.¹⁰ Assim sendo, ao abrirmos o livro de Provérbios iremos nos deparar com grandes blocos literários e não primeiramente com ditos e provérbios, mas com grandes conjuntos literários que se formaram a partir da compilação de sentenças sapienciais. Dentro do livro de Provérbios encontraremos um magnífico repertório de ditos, sentenças, provérbios e poemas que representam várias coleções de diferentes épocas (as coleções revelam que o livro de Provérbios foi sendo construído no decorrer de vários anos em Israel e Judá). Essa “coletânea de vários livretes” foi sabiamente atribuída a Salomão. Livretes que

(...) nasceram da longa tradição e das lutas do povo... representam o surgimento da consciência e da luta do povo face aos grandes problemas causados pela economia e pela política do sistema tributário... são um discernimento para assegurar a vida de um povo livre, ameaçado no seu regime de trabalho, na prática da justiça e na organização política.¹¹

Ana Flora Anderson e Gilberto Gorgulho apontam para 5 coleções de sentenças sapienciais: primeira coleção: Pr 1-9; segunda coleção: Pr 10,1-22,16; terceira coleção: Pr 22,17 – 24,34; quarta coleção: Pr 25-29 e quinta coleção: Pr 30-31.¹² Com certeza, encontramos no livro de Provérbios um conjunto de máximas, de conselhos e ditos que vão da tradição oral às sentenças escritas e compiladas em tempos posteriores.

Contudo, por mais que as sentenças sapienciais tenham sido formuladas a partir dos provérbios, é preciso perceber como os formuladores das sentenças re-interpretaram e tomaram os provérbios como ponto de partida. Pesquisar sobre os ditos proverbiais e sapienciais no Antigo Israel, necessariamente, tem de levar em conta a distância entre as sentenças dos sábios da corte e os ditos dos camponeses (as suas mais variadas experiências). Vale dizer que muitas vezes a compilação do livro (coleção de sentenças sapienciais) tem as marcas das modificações que os homens eruditos da corte impuseram ao dito e à narrativa que vinham do povo pobre e simples. A grande questão que surge nesse distanciamento e aproximação entre a linguagem erudita e a linguagem popular reside no por que os sábios estavam escrevendo provérbios e práticas populares – e para quem? Porém, um estudo dos provérbios que tenta levar em conta as vozes por detrás dos dito e das sentenças, ajudar-nos-á a perceber e ouvir as vozes do povo e, sobretudo, o jeito de o povo interpretar e dizer a sua vida.

Quando os provérbios migram das casas, das vilas camponesas para as cidades e palácios perdem o seu vigor e a sua força. Lendo os provérbios na corte, continuamos tendo a sensação de que eles têm de fato origem camponesa? Com certeza, a grande maioria dos provérbios em Israel tem origem no campo. Porém, na migração para a cidade, os ditos proverbiais são transformados para o uso dos não-roceiros.

Figueiras e senhores

Uma leitura dos verbos no livro do Deuteronômio revelará por que Israel é reconhecido como “um povo por excelência da memória”, portador de uma “religião da recordação”: *guarda-te... não esqueças... lembra-te... ouve, ó Israel... recorda-te...*. Nele a tradição oral se mostrou um caminho fecundo pelo qual, através da voz e da escuta, conservou-se e transmitiu a sua sabedoria, o seu mundo, a sua história. A voz designa o sujeito a partir da linguagem e nela a palavra se enuncia como lembrança e memória-em-ato.¹³ A memória oral passa de geração a geração, que assim mantém suas tradições, mitos, ritos, cosmovisões e história. É uma memória coletiva que é recriada coletivamente para que em cada conjuntura ecoe a experiência dos antepassados. Na perspectiva da presença da voz e da escuta, cada geração com “boca”, “olhos” e “ouvidos” das necessidades cotidianas, realiza uma releitura da vida e da história, na busca de orientação do caminhar diante das problemáticas concretas. Assim, a tradição e o passado podem ser re-significados como utopia e futuro. Em Israel, tais perspectivas se fazem notar intensamente.

Nesse contexto, os conteúdos a serem lembrados e transmitidos têm na sabedoria, e em particular no livro dos Provérbios, um lugar especial. Ler os provérbios na perspectiva do resgate da oralidade e das tradições subjacentes ao livro se mostra como um grande desafio para a pesquisa e exegese bíblicas nos dias atuais, principalmente se preocupada com significados e mentalidades.¹⁴ Vamos aqui apontar algumas características, o lugar social e a matriz oral de alguns provérbios, o que significa atentar para a descrição do cotidiano e das representações da conjuntura presente em alguns ditos e como estes foram transformados e modificados de acordo com os interesses alheios aos de seu surgimento.

A voz como instrumento da profecia faz com que a palavra seja enunciada como lembrança e memória (basta olharmos para os oráculos proféticos de Amós, Oséias, Miquéias, Isaías e os demais profetas). No entanto, a voz e a escuta são os instrumentos imprescindíveis no trajeto da sabedoria em meio ao cotidiano dos camponeses empobrecidos em Israel. Nas tradições orais nos deparamos com a presença da voz e da memória, o que nem sempre encontramos na escrita. No processo de escrita da sabedoria dos antepassados, muitas vezes se dão acréscimos e complementos anexados pelos compiladores. Por isso na escrita nos deparamos com a “linguagem sem voz”.¹⁵

Um provérbio não é meramente um texto. Um provérbio é um dito que condensa uma gama de experiências. Consiste num pensamento completo e simples e, sobretudo, condensa as experiências e as marcas do cotidiano. Apresenta os aspectos da vida simples, tratando das necessidades imediatas da vida: do comer, do falar, das brigas e relações amorosas, dos processos de justiça e dos conflitos. Assim sendo, são os assuntos caseiros que aí sobressaem. Os provérbios transpiram a vida diária. Com sutileza, cada um deles descreve a realidade da casa do povo camponês. Mas, ao mesmo tempo, “evoca uma experiência. Fala de partes da vida; é parcial; é setorizado. Evoca o específico. É semelhante a um relâmpago que faz emergir o inusitado. É a teoria do novo”.¹⁶

Cabe considerar o provérbio a “unidade literária por excelência da sabedoria”¹⁷. Ele está na base das sentenças sapienciais. Vale salientar que uma sentença sapiencial pode conter dois ou até mais provérbios, ou seja, uma sentença nada mais é do que uma junção de provérbios. No entanto, sentenças sapienciais e provérbios têm lugar sócio-histórico e vivencial diferentes. Quando falamos em sentenças nos referimos ao ambiente dos círculos sapienciais e dos escribas que educavam e instruíam as pessoas nos ambientes das sinagogas e do templo acerca das tradições dos antepassados. Sentenças procuram orientar, aconselhar, formar uma visão de mundo e da sociedade e, sobretudo, determinar práticas e opções políticas. Quanto aos provérbios (desde a esfera das tradições orais), representam múltiplas representações e experiências independentes. Não há um contexto social

geral e universal na formulação de provérbios, pois surgem no ambiente da casa, do trabalho na roça, no pastoreio, na política, nas relações entre vizinhos, nas relações entre homens e mulheres.

Um provérbio, enquanto voz e escuta, não pode ser fixado dentro de uma cronologia. Podemos buscar as experiências e as marcas do cotidiano por trás das palavras. Já as sentenças tendem a ser determinadas num ambiente sócio-histórico e numa data mais precisa. A fixação histórica muitas vezes aprisiona a leitura dos provérbios. Faz com que leiamos os provérbios populares pelo viés das sentenças. Uma coisa é ler os provérbios até conseguir entrar no mundo, no ambiente cultural e na experiência cotidiana de quem está falando e transmitindo; outra coisa é lê-los como um texto escrito com o objetivo universal e absoluto de simplesmente ensinar desde uma conjuntura histórica pré-conhecida. Assim, se se leva em conta a diferença entre a oralidade e as fases de transmissão do material e da tradição (escrita), podemos dizer que uma forma oral primitiva na identificação da conjuntura, do ambiente e grupo se diferencia estruturalmente quando essa mesma tradição é escrita (principalmente se o público e o contexto for diferente). O mesmo vale para o processo de re-apropriação que acontece depois da escrita e releitura de tais narrativas e ditos orais. Queremos dizer, com isso, que existe um movimento histórico-literário da oralidade à releitura da tradição escrita e que nas transições (da oralidade para a escrita e da escrita para a leitura e desta para a releitura e interpretação) acontecem supressões e acréscimos de alguns aspectos e detalhes. Em nosso caso, se bem que as sentenças possam apresentar o tom irônico e explosivo do provérbio, pois “a expressão oral é capaz de existir, e quase sempre existiu, sem nenhuma escrita; entretanto nunca houve escrita sem oralidade”.¹⁸

Os provérbios populares, apesar de serem utilizados na escrita, são primordialmente pertencentes ao gênero oral. Apresentam-se compactados e de fácil memorização (“melhor prevenir do que remediar” ou “quem semeia vento colhe tempestade”), ou seja, são formados por poucas palavras. No entanto, esses ditos e provérbios estão carregados de perspicácia, astúcia e um jeito sagaz de olhar a realidade e o cotidiano. Nesse sentido, tornam-se não só um veículo de conhecimento, mas uma maneira de dizer às outras pessoas o que fazer ou que atitude tomar diante de uma determinada situação. Os provérbios são “estratégias para as situações”.¹⁹ Não são estáticos. A palavra hebraica que melhor sintetiza a força de um provérbio popular é *marshal*. Muitas vezes relacionada com canções de zombaria (Isaías 14,4; Miquéias 2,4; Salmo 22,15; Jeremias 24,9), palavras dos visionários, palavra capaz de produzir reflexões e novas leituras da realidade, instrução e ensinamentos, palavras dos sábios, encantamentos, palavras proféticas, ato de governar e orientar, interpretação de sonhos e enigmas. Assim, “nem toda sentença é um *marshal*, mas

somente aquela que tem o poder de produzir uma realidade nova, ou o poder de fazer reconhecer uma experiência vital do povo ou dos sábios, e de impô-la como realidade válida".²⁰

As narrativas orais com suas formas curtas são produto da elaboração, memória, lembrança e visão de mundo de uma determinada comunidade ou grupo social. Pensando na tradição de Israel e Judá, podemos dizer que muitos provérbios provêm dos ambientes comunitários e têm por detrás as marcas e expressões da cultura e da tradição:

Para que surja um provérbio, uma mesma experiência deve poder ser feita, ao menos em potencial, mais que uma vez pela mesma grandeza social. Um provérbio não é, pois, formulado a partir de uma percepção individual e única, mas a partir de uma percepção grupal. Para que uma experiência seja condensada em provérbio, necessita da confirmação.²¹

Mas é possível precisar um pouco mais a ambientação de alguns dos provérbios. Eles querem descrever as marcas da opressão e exploração econômica presente na casa e vida dos camponeses. Gilberto Gorgulho e Ana Flora Anderson chegam a afirmar que os provérbios e as sentenças são indicativos de uma antropologia social surgida dos movimentos de resistência diante da ameaça da casa e da herança e a matriz econômica que está por detrás dos provérbios é o tributo que se apropria da produção da casa.²²

O ensino e a instrução em Israel eram geralmente orais, pelo que podemos observar nas formulações de sentenças encontradas no livro dos Provérbios: "Ouve, filho meu". Sem dúvida, as sentenças de ensinamentos do pai e da mãe dados à criança eram formuladas oralmente, porém, no âmbito das escolas sinagogais (ensino dos escribas), muitos provérbios se transformavam em sentenças no exercício da escrita e no conhecimento das línguas.²³

Ao trilhar pela oralidade teremos que ler os provérbios não como elaboração dos escribas sábios e entendidos. Como diz James Obelkevich, é preciso ler os provérbios tentando ouvir as vozes por trás do texto. Ou seja, lê-los até ser capaz de ouvir as pessoas conversando.²⁴ Nessa perspectiva vale recuperar o consenso entre os estudiosos, segundo o qual o livro dos Provérbios é fruto da compilação e junção de uma série de coleções independentes, que por sua vez recolhem provérbios também autônomos. Afinal, numa leitura atenta se pode verificar que o livro se mostra como uma simples junção de ditos sem muita harmonização e organização. A tentativa de organizar esses diferentes provérbios vai possibilitar a transformação de alguns deles em pensamentos e máximas sentençiais. Mas nem isso lhes chega a tirar a autonomia. Por exemplo, quando lemos Provérbios 18,22 ("Achou mulher; achou o bem. E recebe aceitação do Senhor"), percebemos que não é necessário ler o verso anterior nem tampouco o posterior (o v. 21 trata das questões

do poder da língua e o v. 23, do pobre e do rico). Eis um versículo independente, composto por três orações. As duas primeiras têm caráter poético e são frutos da experiência, enquanto a terceira foi acoplada e emendada ao provérbio, acentuando mais o teológico e convertendo-o numa sentença.²⁵

Vamos tomar um exemplo, Provérbios 27,18, para perceber a abordagem da história no âmbito da oralidade própria de um provérbio e ao mesmo tempo o limite a que é submetido quando transformado em sentença e ensinamento pelos compiladores.

Em Provérbios 27,18 se lê: “Quem guarda a figueira comerá seu fruto; e quem reverencia seu senhor será honrado”. Quatro orações. Duas formas de pensar. Dois projetos. Um que carrega as marcas da experiência cotidiana e a sabedoria da casa; o outro traz os sinais visíveis de um aprisionamento nos ditames da ordem estabelecida e que se quer reforçar.

No primeiro projeto (Quem guarda a figueira comerá seu fruto) nos deparamos com a experiência que brota do cotidiano do plantio, da produção na roça, e nada mais relacionado com o cotidiano do que o comer o fruto da terra. Mas por que insistir nisso? O que é guardar a figueira? Por que o guardar está relacionado com o comer do fruto da figueira?

O verbo *guardar* (*natsar*) tem aqui o sentido de vigiar, conservar, resguardar e tem por trás a ação/ato do agricultor.²⁶ Nesse provérbio, o guardar a figueira implica o recolhimento dos frutos da figueira. O provérbio quer descrever a experiência do trabalho e da colheita. Assim, guardar a figueira indica manter nas mãos do camponês e da camponesa os frutos do seu trabalho. Se a vida dos clãs estava determinada pelo projeto de exploração econômica que foi se arregimentando nas monarquias de Israel e Judá, calcado fundamentalmente no tributo, deveremos perceber nessa primeira oração do provérbio um tom de crítica e de ironia ao mesmo tempo, que se percebe pelo complemento do provérbio que descreve os resultados da ação de guardar a figueira. Não é por menos que o “guardar a figueira” esteja relacionado com o “comer do seu fruto”.

Podemos perceber nas entrelinhas do provérbio “guarda a figueira” uma crítica à política econômica de florescimento e expansão econômica de Judá instaurada pelo governo de Ozias (entre 781 e 740 a.E.C.). Temos a informação de que ele fez guerra contra os filisteus (Gat, Jabne e Azoto), impôs pagamento de tributo aos edomitas, construiu torres e impôs uma política militar de defesa em Jerusalém e no deserto, reorganizou e potencializou o exército com novas armas e cavou muitos poços porque tinha muito gado (tanto nos vales quanto nas planícies), lavradores e vinhateiros (2 Crônicas 26,1-22). Na perspectiva de uma economia em crescimento, somos informados que ele era “amante da terra agricultável”! Estamos diante de um governo que concentra terras através da mudança de posse e dos títulos de propriedade.²⁷ Além da política de posse, as duas principais rotas comerciais

estavam sob o seu controle (a rota de Elat na Transjordânia e a rota dos filisteus no caminho do mar). Para a efetivação de tais projetos, o rei instrumentaliza o seu aparato militar para garantir a produção e a segurança. Notamos pelas informações que esse avanço e expansionismo econômico trouxeram, por um lado, o surgimento de uma elite e, por outro, aceleraram o processo de empobrecimento.

O que o movimento camponês, a profecia e a sabedoria têm a nos dizer a respeito? Encontramos na profecia de Miquéias palavras radicais contra essa situação: os chefes se alimentavam da carne do povo (3,1-4), a cidade de Jerusalém fora construída com sangue, muita exploração e os seus chefes e profetas são ladrões (3,9-12). No entanto, em Miquéias 2,1-2 encontramos a leitura dos grupos que estavam sofrendo as duras conseqüências dessa situação. “Ai dos que planejam iniquidades e praticam maldade sobre suas camas, na luz da manhã praticam porque existe poder em suas mãos. E cobiçam terra arável e roubam e casas e as levam; e oprimem o varão e sua casa e o homem e a sua herança”. A partir da profecia de Miquéias vemos as maiorias empobrecidas perdendo as suas terras, a sua comida e as perspectivas de vida, pois o governo de Ozias (e de seus sucessores), com a glória do expansionismo econômico, transformou o povo em carne a ser devorada.

Assim, “guardar a figueira”, além de sintetizar a experiência do trabalho que possibilitava a vida da família camponesa e lhe dava sentido, ecoa a crítica profética e sapiencial do roubo institucionalizado pelo Estado de Israel e Judá. Para o camponês, comer era necessário “guardar”, “conservar” e, sobretudo, “esconder” o fruto de seu trabalho. Nesse sentido, o provérbio, ao circular e ser transmitido nos diferentes ambientes (da casa para a vila, do roçado para a porta da cidade), apresenta com sagacidade e sutileza uma ironia ante os desmandos da política econômica expansionista. A sutileza e a perspicácia do dito mostram o quanto ele está amarrado às circunstâncias que o geraram.

Vejamos as orações seguintes de nosso texto: “quem reverencia seu senhor será honrado!” Elas nos remetem para outro ambiente. Quase têm ares de provérbio. Numa leitura desatenta, poderíamos pensar que o versículo inteiro tenha surgido num mesmo ambiente. Porém, fica claro que nessas orações já não estamos na casa, no clã ou na vila de camponeses. O assunto não é a produção e o se alimentar (comer os frutos). Pelas palavras, estamos num ambiente de poder que tenta estabelecer a ordem e a honra ao rei. Estamos diante de um típico exemplo de transformação de provérbio em sentença. E, como veremos, em tal transformação a passagem da oralidade à escrita cumpre papel fundamental.

No caso do provérbio-sentença que estamos considerando, temos uma indicação mais precisa sobre o processo a que estamos aludindo. No início do capítulo 25 nos deparamos com a menção aos “homens de Ezequias, rei de Judá” (que reinou de 716 a 687 a.E.C.), o que indica o ambiente da escrita e da compilação desses provérbios.²⁸ Note-se que se fala

que aí os provérbios foram “transcritos”, não criados. Têm uma origem anterior. Tarefa da burocracia foi coletá-los, escrevê-los e organizá-los. Nesse contexto, provérbios tenderam a virar sentenças.

Nesse sentido, o livreto deve ser analisado no contexto social e político do reinado de Ezequias. Eis uma coletânea que foi organizada no final do oitavo século em Jerusalém, época da profecia radical de Miquéias e Isaías. Nesse contexto, a função dos funcionários da corte, ao recolherem os antigos provérbios que vêm de diferentes lugares geopolítico-sociais, tem por finalidade solidificar o Estado de Judá, tarefa a que o reinado de Ezequias se dedicou (2 Reis 18-20). O fundamento político-ideológico básico será o *kavôd*, a honra a Deus e ao rei. O livreto apresenta o fundamento político na perspectiva do discernimento entre a honra de Deus e a do rei, realizando um afastamento dos injustos e corruptos para que a corte seja firmada na justiça (Provérbios 25,1-7; Isaías 9,1-7; 11,3-4 e 32,1-5). E, junto a isso, a preocupação de assegurar o ritmo da produção e do trabalho no campo a serviço da cidade. A honra é a categoria básica nessa nova organização do Estado.

Nesse sentido, fica claro o sentido e o propósito da transformação de nosso provérbio em sentença. O antigo dito, que falava da produção e da permanência do produto nos clãs camponeses, é agora convertido à perspectiva básica da economia, orientada para a cidade e seus “senhores”. Se o provérbio ignorava ou reagia ao tributo, recebe agora um adendo sentencial pela gente de Ezequias, que o transfere do mundo da produção e da casa camponesa para o terreno das relações sociais e políticas assimétricas: “Quem reverencia o seu senhor será honrado”. Novos tempos, novos sujeitos, novos sentidos.²⁹

Para finalizar essas considerações, podemos dizer que os provérbios (enquanto presença da voz e da escuta) são transmitidos e determinados pelo contexto e estão completamente amarrados às circunstâncias que os geraram. A *dabar* (palavra) da sabedoria clama por interpretação, pois ela é releitura a partir do concreto, do antropológico, das culturas e das teologias do cotidiano. A prática dos pés, a leitura dos olhos e a experiência das mãos. Uma sabedoria que é nada mais que sinal, fala provisória, cotidiana, frágil, *dabar* desajeitada a respeito da presença e ação de Deus na vida. Ser sábio e sábia é saber que, a cada passo, desconfia não saber! Pois, quando pensa saber, é surpreendido pelo muito que ainda não sabia. Não são palavras que nascem prontas e bem feitas dos sábios da corte e do poder. É a sabedoria como *debarim* do cotidiano, que assinala para o que não temos e nem sabemos. Antes de tudo, é sonho, desejo, utopia, gozo, concretização. “*Quem guarda a figueira comerá seu fruto*” não é só leitura e análise dos camponeses organizados, mas duas orações abertas, capazes de provocar novas análises e leituras da conjuntura. A oralidade não fecha o sentido, multiplica a experiência e transita entre o ontem, o hoje e o amanhã.

Já as sentenças e as compilações dos provérbios em livretos e coleções tendem a descontextualizá-los e a recontextualizá-los em novas situações em que ficam deslocados e, principalmente, já estão interpretados, muitas vezes em termos de ordem, doutrina e legitimação de esquemas políticos. Acabam por estagnar o processo de criação e recriação que o provérbio suscitava. Mas ele se encontra lá. Cabe recuperá-lo.

Recebido em abril/2003; aprovado em junho/2003

Notas

* Professor do Departamento de Teologia e Ciências da Religião da PUC-SP, mestre em Ciências da Religião, atualmente cursa o doutorado em Comunicação e Semiótica.

¹ Citado por BENTZEN, Aage. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo, Aste, 1968, v. 1, p. 119.

² Leia-se, a respeito SELLIN, Ernst e FOHRER, Georg. *Introdução ao Antigo Testamento*. São Paulo, Paulinas, 1978, pp. 229-232.

³ “Uma vez que os *sacerdotes levíticos* ocupam lugar tão saliente no Deuteronômio, é lógico supor que, como chefes nas cerimônias de renovação da aliança e recitação da Lei, foram também eles os portadores das tradições e os modeladores da forma final do Deuteronômio... Correspondência entre as estipulações socioeconômicas das leis e a crítica profética favoreceram igualmente uma origem do Deuteronômio em círculos proféticos” (Norman Gottwald. *Introdução socioliterária à Bíblia hebraica*. São Paulo, Paulinas, 1988, p. 366).

⁴ BENTZEN, Aage. *Introdução ao Antigo Testamento...*, p. 119.

⁵ Não será apenas neste caso que a descoberta da oralidade cumprirá tal papel, de desmontar certezas. Para citar um exemplo, foram os depoimentos de gente sobrevivente do massacre do arraial de Belo Monte, mais conhecido como Canudos, que começaram a fazer ruir a versão até então indiscutível sobre o assunto, que o tinha aprisionado numa “gaiola de ouro” (expressão de José Calasans); estamos nos referindo, obviamente, a *Os sertões*, de Euclides da Cunha.

⁶ A expressão é de RICHARD, Pablo (“Bíblia: memória histórica dos pobres”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 1984. n. 1, pp. 20-29).

⁷ Estamos aqui nos referindo ao fato de que o Cântico dos Cânticos foi logo lido como uma representação do amor de Deus por Israel, seu povo (e terá sido por essa interpretação que o livro ganhou seu lugar no seio da Escritura judaica), e, nos meios cristãos, da ligação entre Cristo e a igreja.

⁸ PEREIRA, Nancy Cardoso. Ah!... Amor em delícias! *Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana*. Petrópolis, 1993. n. 15, pp. 47-59; BRENNER, Athalya (org.). *Cântico dos Cânticos a partir de uma leitura de gênero*. São Paulo, Paulinas, 2000. Há consenso em datar o livro entre os séculos V-IV a.E.C., época em que Israel era parte do império persa e, depois, do grego, período muito posterior a Salomão, ficticiamente apresentado como autor do livro.

⁹ SCHWANTES, Milton. “Interpretação de Gn 12-25, no contexto da elaboração de uma hermenêutica do Pentateuco”. In: *Estudos Bíblicos*. Petrópolis, 1984. n. 1, pp. 31-49.

¹⁰ SCHWANTES, Milton. *Sabedoria. Como ler provérbios*. Texto mimeografado, 1996.

¹¹ ANDERSON, Ana Flora e GORGULHO, Gilberto. *Os sábios e a luta do povo...*, pp. 9-10.

¹² *Ibidem*, pp. 10-11. Outros estudiosos do Livro de Provérbios apontam, a partir do estilo literário e o jeito como o texto é apresentado, outra divisão para as coleções, como é o caso de SCHÖKEL, Luis Alonso e VILCHEZ, J. *Proverbios*. Madrid, Ed. Cristiandad, 1984, pp. 97-103: Pr 1,1-7: Prólogo; Pr 1,8 – 9,19: Primeira coleção; Pr 10,1 – 22,16: segunda coleção; 22,17 – 24,22: terceira coleção; Pr 24,23-34: quarta coleção; Pr 25-29: quinta coleção; Pr 30,1-14: sexta coleção; Pr 30,15-33: sétima coleção; Pr 31, 1-29: oitava coleção e Pr 30, 30-31: nona coleção.

¹³ ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo, Hucitec/Educ, 1997, p. 13.

¹⁴ “Para os historiadores preocupados com significados e mentalidades, os provérbios são uma fonte privilegiada, um ponto de entrada no domínio mais amplo do oral e das fórmulas. E, para todos nós, imersos em material impresso (e expresso), superexpostos a livros, textos, escritas e escrituras, eles são o corretivo clássico: podemos lembrar-nos de que os provérbios ‘existiram antes dos livros’, e ‘que não são os livros, mas os velhos dizeres, que regulam a conduta humana’” (OBELKEVICH, James. “Provérbios e história social”. In: BURKE, Peter e PORTER, Roy. *História social da linguagem*. São Paulo, Unesp/Cambridge, 1997, p. 74).

¹⁵ A expressão é de ZUMTHOR, Paul (*Introdução à poesia oral...*, p. 10).

¹⁶ SCHWANTES, Milton. *Um estudo de Provérbios capítulo 25. A glória dos governantes consiste em investigar a corrupção*. São Leopoldo, Ceca, 1984, p. 18.

¹⁷ A expressão é de BENTZEN, Aage (*Introdução ao Antigo Testamento...*, p. 192), que, no entanto, a aplica à sentença sapiencial, que vamos abordar logo à frente e distinguir do provérbio.

¹⁸ ONG, Walter J. *Oralidad y escritura*. México, Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 18.

¹⁹ OBELKEVICH, James. “Provérbios e história social”..., p. 45.

²⁰ SELLIN, Ernst e FOHRER, Georg. *Introdução...*, p. 460.

²¹ SCHWANTES, Milton. *Um estudo de Provérbios capítulo 25...*, p. 18.

²² ANDERSON, Ana Flora e GORGULHO, Gilberto. *Os sábios e a luta do povo*. São Paulo, Cepe, 1987, p. 13.

²³ BENTZEN, Aage. *Introdução ao Antigo Testamento...*, p. 189. O autor afirma que na história de Israel o ensinamento oral foi posto por escrito numa data bem antiga e que as sentenças eram escritas também como forma de exercício de redação.

²⁴ OBELKEVICH, James. *Provérbios e história social...*, p. 43.

²⁵ Veja comentário de SCHWANTES, Milton. *Achou mulher - achou o bem - Provérbios 18,22*. São Leopoldo, Centro de Estudos Bíblicos, 1989.

²⁶ KOEHLER, Ludwig e BAUMGARTNER, Walter. *Lexicon in Veteris Testamenti Libros*. Leiden, E. J. Brill, 1985, p. 631.

²⁷ GOTTWALD, Norman. *Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica...*, p. 308.

²⁸ Provérbios 27,18 faz parte de uma coletânea de Provérbios, a saber, os capítulos 25-29. Estes se dividem em duas partes: capítulos 25-27 e 28-29. Esses são provérbios de Salomão que foram coletados, confeccionados e compilados pelos sábios (funcionários) do rei Ezequias. “Os próprios autores do cap. 25 admitem haver ‘reunido’ (v.1) e colecionado provérbios. Isto no geral é assim: Provérbios não são criados como literatura. Não nascem no âmbito da escrita. Seu nascedouro é a cultura oral... A coletânea é marcada por explicações adicionadas aos provérbios. Tais adições visam justificar, fundamentar e detalhar o que está sendo dito. Buscam assim convencer o interlocutor da validade e necessidade da conduta sábia”. SCHWANTES, Milton. *Um estudo de Provérbios capítulo 25...*, p. 4. Quanto à atribuição dos provérbios a Salomão, trata-se de uma referência fictícia, ligada à tradição do rei sábio e ao dado de que todo o livro dos Provérbios é associado a ele.

²⁹ ANDERSON, Ana Flora e GORGULHO, Gilberto. *Os sábios e a luta do povo...*, pp. 23-24.